U.PORTO

MESTRADO EM TEMAS DA PSICOLOGIA

Restritividade no Acolhimento Residencial: Perspetiva de Crianças e Adolescentes em Acolhimento

Susana Cristina Vieira da Costa

M

2021

Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Restritividade no Acolhimento Residencial: Perspetiva de Crianças/adolescentes em Acolhimento

Susana Cristina Vieira da Costa

outubro de 2021

Dissertação apresentada no Mestrado em Temas de Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora ***Maria Barbosa-Ducharne*** e coorientada pela Doutora ***Joana Lara Ferreira Soares.***

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspetivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o autor declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O autor declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

O presente estudo insere-se num projeto mais alargado designado EQAR: Estudo da Avaliação da Qualidade do Acolhimento Residencial em Portugal, em desenvolvimento no Grupo de Investigação e Intervenção em Acolhimento e Adoção (GIIAA) da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), sob direção e orientação da Professora Doutora Maria Barbosa-Ducharne. Este projeto de investigação foi aprovado pela Comissão de Ética da FPCEUP e no seu âmbito foram assinados Protocolos de Colaboração entre a FPCEUP e as diferentes entidades tutelares envolvidas (Instituto de Segurança Social, Instituto Público [ISS, IP], Instituto de Segurança Social da Madeira [ISS-RAM], Direção Geral de Segurança Social do Governo dos Açores, Casa Pia de Lisboa e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa), bem como com as Confederações de Instituições de Acolhimento Residencial (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social [CNIS] e União das Misericórdias Portuguesas [UMP], e com a Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens [CNPCJ]). Esta tese apresenta-se sob a forma de artigo científico.

Agradecimentos

Começo por um agradecimento do tamanho do universo à minha querida mãezinha que tanto amo e que sempre me apoiou independentemente de tudo. Isto sim é amor verdadeiro! Nem consigo arranjar palavras para expressar o tamanho da minha gratidão.

Agradeço imensamente à minha orientadora professora Doutora Maria Barbosa - Ducharne porque sem ela não seria possível concretizar este sonho. Obrigada Professora por ter acreditado em mim e por nos momentos em que demonstrei estar mais aflita me ter devolvido tranquilidade sem nunca me julgar.

Agradeço também à minha coorientadora Doutora Joana Soares por todo o apoio.

Um agradecimento muito especial aos meus amigos verdadeiros que sempre me acompanham e que nunca duvidaram da concretização deste trabalho. Marta, Helder, Markito, ainda bem que vos tenho na minha vida!

Á Katarina, minha colega do grupo de investigação que se tornou também minha amiga. Obrigada *"amiga"* por tudo, pelo apoio, pelo carinho, pela coragem. Aprendi muito contigo.

Deixo também um agradecimento a todos os professores do meu curso de mestrado. Professores excecionais, que também trilharam este caminho comigo.

Ás crianças/adolescentes, que participaram nesta investigação, um obrigada gigante e o desejo de que o seu presente e futuro sejam pautados por muito Amor.

Resumo

A restritividade em Acolhimento Residencial (AR) refere-se a um conjunto de limitações relativas ao contacto das crianças/adolescentes acolhidos com as suas famílias, com as atividades da vida quotidiana, escolhas pessoais, liberdade de movimento e interação com os pares. A escassa investigação na área tem evidenciado que a restritividade nos contextos institucionais tem um impacto negativo na vida das crianças/adolescentes, ao nível educacional, vocacional, social e pessoal/autonomia. Contudo, desconhecem-se estudos que tenham explorado a relação entre restritividade na casa de acolhimento e bem-estar das crianças/adolescentes acolhidas. Este estudo pretende contribuir para preencher esta lacuna na investigação, ao explorar o conceito de restritividade em AR, tendo como informantes as crianças/adolescentes em acolhimento, e estudar a sua relação com o bem-estar, satisfação com a vida e felicidade das crianças/adolescentes acolhidos. Participaram neste estudo 121 crianças/adolescentes em AR, 64 do sexo feminino (52.9%), com idades compreendidas entre os 10 e os 25 anos. Os dados relativos à restritividade foram recolhidos através do *Restrictiveness Evaluation Measure—Self Administered Version* (REM-Self-report), que foi submetido a uma análise de componentes principais. Os resultados deste estudo identificaram cinco componentes de restritividade. Verificou-se que as raparigas e as crianças mais novas têm perceção de maior restritividade nas casas. Um maior sentido de normalização, maior proximidade aos cuidadores e maior sentido de pertença à CA relacionam-se negativamente com a restritividade. Crianças acolhidas em casas mais restritivas apresentam menores níveis de bem-estar, felicidade e satisfação com a vida. Estes resultados apontam implicações para a prática e direções para futuras investigações.

Palavras-chave: restritividade, acolhimento residencial, bem-estar subjetivo, felicidade subjetiva, satisfação com a vida.

Abstract

Restrictiveness in Residential Care (RC) refers to a set of limitations/restrictions related to the contact of children/adolescents with their birth families, daily-life activities, personal choices, freedom of movement and interaction with peers. Research in this field, even if scarce, has shown that restrictiveness in institutional contexts has a negative impact on children/adolescents, on educational, vocational, social and personal/autonomy domains. However, there are no studies on the relationship between restrictiveness in RC and the well-being of institutionalized children/adolescents. This study intends to contribute to filling in this research gap, by exploring the concept of restrictiveness in RC, resorting to children/adolescents in care as informants, and studying the relationship between RC restrictiveness and children/adolescents' well-being, satisfaction with life and subjective happiness. One-hundred and one children/adolescents in RC, 64 girls (52.9%), aged 10 to 25 participated in this study. Restrictiveness was assessed using the Restrictiveness Evaluation Measure—Self Administered Version (REM-Self-report). A principal component analysis allowed for the identification of five components. Girls and younger children reported greater restrictiveness. A sense of normalization, closeness to caregivers and a sense of belonging to the RC centers were negatively related to restrictiveness. Children/adolescents who were in more restrictive institutions (according to their own evaluation) reported lower levels of subjective well-being, happiness, and life satisfaction. Implications for practice and directions for future research were drawn from the findings.

Keywords: restrictiveness, residential care, subjective well-being, subjective happiness, life satisfaction; children/adolescents

1. Introdução

Por restritividade entende-se um conjunto de limites que é necessário impor a crianças/adolescentes, tendo em conta o seu nível desenvolvimental e as suas necessidades terapêuticas, a fim de assegurar a sua segurança (Rauktis et al., 2009). De acordo com este pressuposto, todos os contextos de vida possuem algum nível de restritividade, até mesmo os ambientes em que as crianças/adolescentes vivem com as suas famílias (Rauktis et al., 2011).

A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) preconiza que o Acolhimento Residencial (AR) deve assegurar, às crianças/adolescentes em acolhimento, um ambiente de convivência de tipo familiar. Um modelo de AR que assente num ambiente familiar assegura a existência de um rácio crianças-cuidador baixo, sendo o número de crianças por casa reduzido (12 ou menos); é constituído por profissionais qualificados, capazes de estabelecer relações significativas com as crianças/adolescentes em acolhimento; e é um local onde o cuidado é realizado de forma individualizada, de acordo com as necessidades específicas de cada criança (Anglin, 2004; Bravo & Del Valle, 2009).

No entanto, este ainda não é o cenário da maior parte das Casas de Acolhimento (CA) em Portugal (Rodrigues & Barbosa-Ducharne, 2017). A estrutura e funcionamento do AR continua a ser mais parecido com o modelo institucional (Rodrigues, 2018), onde ainda não é garantido um cuidado individualizado, verificando-se, por exemplo, que as necessidades das crianças/adolescentes não estão a ser adequadamente satisfeitas (Baker et al., 2007; Jones et al., 2007; O'Neill, 2008), e onde predominam casas de grande dimensão, que acolhem mais de 25 crianças, sem espaços personalizados, e muitas delas são ainda segregadas por género (Rodrigues & Barbosa-Ducharne, 2017). O AR possui um funcionamento pautado por regras uniformizadas e rígidas (Delgado et al., 2019), onde se verifica a existência de uma regulação excessiva da vida quotidiana das crianças/adolescentes em acolhimento, o que se traduz numa invasão do seu espaço íntimo (Martins, 2005). Todas estas condições colocam em causa a qualidade do AR (Del Valle et al., 2012).

A restritividade das CA refere-se a um conjunto de limitações relativas ao contacto das crianças/adolescentes em acolhimento, com as suas famílias, às atividades da vida quotidiana, escolhas pessoais, liberdade de movimento e interação com os pares (Hawkins et al., 1992). Segundo Schmidt et al. (2013) existem indicadores que sugerem que um alto nível de restritividade dos ambientes de acolhimento tem impacto negativo na vida das crianças/adolescentes. Este impacto negativo pode ser observado a nível educacional, vocacional e do desenvolvimento social (Rauktis et al., 2011; Schmidt et al., 2013).

Ambientes de acolhimento mais restritivos são, por norma, mais estruturados e limitadores na oferta às crianças/adolescentes de um conjunto de oportunidades para que estas possam desenvolver competências de autonomia, necessárias à transição para a vida adulta, tais como cozinhar, andar de transportes públicos e frequentar as instituições da comunidade sem serem supervisionados (Schmidt et al., 2013). De facto, a investigação tem mostrado que os adolescentes que saem do AR estão mal preparados para fazer a transição para a vida adulta com sucesso, sendo que muitos deles, após a sua saída, enfrentam situações de desemprego (Courtney & Dworsky, 2006), pobreza, chegando mesmo a tornar-se sem abrigo (Pecora et al., 2004).

Torna-se claro então que adolescentes mais velhos necessitam que sejam criadas oportunidades que os levem a envolver-se em atividades que os preparem para a transição para a uma vida adulta independente. No entanto, verifica-se que o AR pode ser muitas vezes um ambiente com várias restrições, que impede os adolescentes de se envolver em atividades típicas da adolescência e de participar por inteiro em atividades a um nível comunitário (Schmidt et al., 2013).

Numa investigação de natureza qualitativa, cujo objetivo foi perceber quais as perspetivas dos jovens em acolhimento em relação ao conceito de restritividade, Rauktis et al. (2011) concluíram que os jovens definiram restrições como sendo um conjunto de “regras” inconsistentes, arbitrárias, não individualizadas e desajustadas à sua etapa desenvolvimental. Estes jovens relataram que as regras relacionadas com o que podem ou não fazer, onde é que podem ir e com quem podem estar e comunicar, os fazem sentir revoltados, com raiva, estigmatizados e isolados, com a sensação de estarem

a ser punidos e invadidos em relação à sua privacidade e independência (Rauktis et al., 2011). Outra conclusão a que o estudo de Rauktis et al. (2011) chegou foi que adolescentes que percecionam as suas relações com os cuidadores como sendo positivas, compreendem e toleram melhor as regras que limitam a sua independência. Estes resultados sugerem, portanto, que CA mais restritivas podem não estar a ir ao encontro da satisfação das necessidades das crianças/adolescentes em acolhimento, não promovendo o seu desenvolvimento harmonioso e bem-estar. Contudo, a investigação que explora a restritividade em AR com variáveis da psicologia positiva é escassa. O presente estudo pretende colmatar esta lacuna investigando a relação entre a restritividade percebida pelas crianças/adolescentes em acolhimento e o seu bem-estar, felicidade subjetiva e satisfação com a vida.

O bem-estar subjetivo traduz-se como sendo o conjunto de perceções que cada pessoa possui relativamente ao que pensa, sente e de como avalia a sua vida (Bradshaw, 2015; Casas, 2011; Cummins et al., 2003). Estas perceções individuais resultam, quer de avaliações cognitivas que os indivíduos fazem relativamente à satisfação com a vida, quer de componentes afetivas que estão relacionadas com o conceito de felicidade (Galinha, 2008). Por seu lado, a felicidade subjetiva é relatada na literatura como uma sensação de bem-estar (Fordyce, 1983) e considerada como um indicador de bem-estar (Diener, 2006; Lyubomirsky & Lepper 1999). Desta forma, o bem-estar subjetivo encontra-se associado à felicidade e à satisfação com a vida (Casas, 2015). A investigação também mostrou que o bem-estar subjetivo é influenciado pelo contexto de vida dos indivíduos (Ben-Arieh, 2006), encontrando-se correlacionado de forma positiva com o contexto interpessoal, social e familiar (Lee & Yoo, 2015; Lima & Morais, 2018).

Vários estudos demonstram que crianças/adolescentes em AR demonstram níveis de bem-estar subjetivo inferiores, quando comparadas com as que vivem com as suas famílias (Llosada-Gistau et al., 2015; Muñoz & Ferrière, 2000; Schütz et al., 2015) e até mesmo com as crianças/adolescentes que se encontram em acolhimento familiar (Delgado et al., 2019).

Estes resultados podem ser explicados por vários motivos, nomeadamente pelo fato do AR possuir um tipo de funcionamento com regras mais uniformizadas e rígidas que têm como consequência a dificuldade em

promover a vida social das crianças e jovens em acolhimento (Delgado et al., 2019), especialmente a relação com os amigos que é tido como um fator preponderante na manifestação do bem-estar (Casas, 2011; Llosada-Gistau et al., 2017).

Se, por um lado, a investigação sobre a restritividade no AR é escassa, quer internacionalmente, quer em Portugal, por outro, não foram encontrados estudos que tenham explorado a relação entre restritividade em AR e o bem-estar subjetivo, felicidade subjetiva e satisfação com a vida das crianças/adolescentes acolhidos. Urge, portanto, conhecer a realidade das CA portuguesas relativamente a esta problemática, em especial através da perspetiva das crianças/adolescentes, dada a carência de estudos que se baseiam na sua perspetiva, principalmente no que concerne ao sistema de proteção (Hyde & Kammerer, 2009; Samuels & Pryce, 2008).

O presente estudo tem como objetivo geral explorar o conceito de restritividade em AR e como objetivos específicos:

- Explorar a estrutura interna do *Restrictiveness Evaluation Measure—Self Administered Version* (REM-Self-report);

- Identificar o nível de restritividade das CA portuguesas, segundo a perspetiva de crianças/adolescentes em acolhimento;

- Estudar as diferenças na restritividade percebida, em função do sexo das crianças/adolescentes em acolhimento;

- Explorar a relação entre a restritividade percebida nas CA e a idade e o tempo de acolhimento das crianças/adolescentes;

- Analisar o impacto da deslocalização das crianças/adolescentes acolhidas na perceção de restritividade;

- Identificar que variáveis relativas às CA (e.g., dimensão/número de crianças acolhidas, tipologia - segregada quanto ao género ou mista) têm impacto na perceção que as crianças/adolescentes em acolhimento têm acerca da restritividade da casa que as/os acolhe;

- Analisar a relação entre restritividade e sentido de normalização, proximidade aos cuidadores e sentimento de pertença à CA, de acordo com as crianças/adolescentes acolhidos;

- Explorar a relação entre a restritividade percebida e o bem-estar pessoal, satisfação com a vida e felicidade subjetiva das crianças/adolescentes em acolhimento.

2. Método

2.1. Participantes

Participaram neste estudo 121 crianças/adolescentes, 64 do sexo feminino (52.9%) e 57 do sexo masculino (47.1%), com idades compreendidas entre 10 e 25 anos (*M* = 15.49, *DP* = 2.41), sendo que 23 (19%) tinham idades compreendidas entre 10 e 13 anos, 33 (27.3%) entre 14 e 15 anos, 47 (38.8%) entre 16 e 17 anos e 18 (14.9%) possuíam 18 ou mais anos.

Das 121 crianças/adolescentes, 19 (15.7%) encontravam-se acolhidos em CA mistas quanto ao género, 60 (49.9%) em CA que só acolhem crianças do sexo feminino e 42 (34.7%) em CA que só acolhem crianças do sexo masculino. Relativamente à dimensão das CA, expressa no número de crianças acolhidas, 21 (17.4%) crianças estavam acolhidas em CA de pequena dimensão (que acolhiam até 12 crianças), 60 crianças (49.6%) encontravam-se acolhidas em CA de média dimensão (13-24 crianças) e 40 (33.1%) em CA de grande dimensão (que acolhiam mais de 25 crianças). Observou-se uma associação estatisticamente significativa entre a tipologia e a dimensão das casas, $\chi^2(4) = 31.77$, $p < .001$, $V = 0.36$, verificando-se uma tendência para as casas femininas serem CA de pequena ou média dimensão e as casas mistas ou segregadas masculinas serem de grande dimensão.

No momento da recolha de dados, as crianças e jovens estavam acolhidas naquela CA, em média, há 3 anos e 4 meses (*M* = 40.49 meses, *DP* = 38.92, Min. = 1, Máx. = 150 [12.5 anos]), sendo que 23.1% (*n* = 28) tinham tido experiências de acolhimentos anteriores. A maioria das crianças (*n* = 71, 59.2%) encontrava-se deslocalizada da sua área de residência, ou seja, estavam acolhidas numa CA a mais de 25 km da sua casa/família de origem.

2.2. Instrumentos e Medidas

2.2.1. *Restrictiveness Evaluation Measure—Self Administered Version* (*REM-Self-report – Escala de Avaliação da Restritividade – Versão para Crianças/Adolescentes)*

A REM-Self-report (Rauktis et al., 2009; Rauktis et al., 2019) tem como objetivo avaliar a perceção que crianças/adolescentes em AR detêm sobre o nível de restritividade da CA onde se encontram. O questionário é composto por duas partes. A primeira parte é constituída por 24 itens relacionados com restrição de atividades, (e.g., "A escolha da decoração dos quartos"), restrição de movimento, (e.g., "A liberdade de movimento na CA"), restrições sociais, (e.g., "Interação com os amigos), restrições relacionadas com a preparação para uma vida independente (e.g., "Finanças") e restrições relacionadas com as decisões relativamente ao tratamento (e.g., "Decisões de tratamento). Cada item é respondido numa escala tipo *Likert* de 5 pontos em que uma pontuação mais alta corresponde a maior restritividade. De acordo com os autores, o nível de restritividade total é obtido pela média dos 24 itens.

A segunda parte do *REM-self-report* inclui três itens relativos à experiência de AR, a saber: "Eu tenho permissão para fazer as coisas que outros da minha idade podem fazer"; "Sinto-me próximo das pessoas que cuidam de mim"; "Sinto que esta é a minha casa", cujas opções de resposta são 1 = *Muito verdadeiro*, 2 = *Um pouco verdadeiro* e 3 = *Não é verdade.* No âmbito deste estudo, a escala foi recodificada, sendo invertida, de forma que pontuações mais altas correspondessem a maior permissão/sentido de normalização, maior proximidade e maior sentido de pertença, respetivamente.

2.2.2. *ARQUA-P*

O ARQUA-P (Equipa EQAR, 2018; Rodrigues et al., 2015) é um sistema de avaliação compreensiva do AR, que inclui múltiplos instrumentos, de natureza qualitativa (e.g., grelhas de observação e entrevistas) e quantitativa, utilizados juntos de múltiplos informantes (e.g., crianças/adolescentes em acolhimento, cuidadores). No presente estudo foi utilizado: o Pedido de Informação Prévia (PIP) que é um questionário que permite reunir informações relativas às caraterísticas das CA (e.g., dimensão, tipologia) e também

informação sociodemográfica das crianças/adolescentes acolhidos (e.g., idade, sexo e tempo de acolhimento, deslocalização).

2.2.3. *Escala de Satisfação com a Vida (ESCV)*

A ESCV (Diener et al., 1985, tradução, adaptação e validação de Neto, 1993) é uma escala unidimensional que avalia a satisfação global com a própria vida através das respostas, das crianças/adolescentes, a cinco itens, numa escala tipo *Likert* de 7 pontos, em que 1 = *totalmente em desacordo* e 7 = *totalmente de acordo*. Os *scores* totais variam entre cinco e 35, em que pontuações mais elevadas indicam maiores níveis de satisfação com a vida. A ESCV demonstrou, numa amostra de adolescentes portugueses (Neto,1993), valores satisfatórios de consistência interna (α =.78), e uma homogeneidade dos itens aceitável (.41).

2.2.4. *Índice de Bem-estar Pessoal (IBP)*

O IBP (Cummins & Nistico, 2002, versão portuguesa de Pais-Ribeiro & Cummins, 2008) é um questionário de autorresposta que permite avaliar o nível de bem-estar, a partir da resposta a nove itens que são organizados em duas partes, as quais avaliam a satisfação geral e a satisfação com domínios específicos da vida. Os itens são respondidos numa escala tipo *Likert* de 0 a 10, em que 0 = *totalmente insatisfeito* e 10 = *totalmente satisfeito*. No estudo de Pais-Ribeiro e Cummins (2008), com uma amostra portuguesa, foram obtidos valores de consistência interna elevados (alfa de Cronbach de .81), assim como os resultados em termos de qualidades psicométricas foram semelhantes aos de outros países, nomeadamente à escala original.

2.2.5. *Escala de Felicidade Subjetiva (EFS)*

A EFS (Lyubomirsky & Lepper, 1999, versão portuguesa de Pais-Ribeiro, 2012) é uma escala que avalia a felicidade subjetiva, constituída por quatro afirmações que são respondidas numa escala tipo *Likert* de 7 pontos, e cujo resultado final é obtido através da média dos itens (Pais-Ribeiro, 2012). Numa amostra com 516 indivíduos portugueses apresentou boas condições psicométricas e propriedades semelhantes à escala original, e um bom valor de consistência interna (alfa de Cronbach de .76; Pais-Ribeiro, 2012).

1.3. Procedimentos

1.3.1. *Seleção dos Participantes*

Este é um estudo que faz parte de um projeto mais alargado, o EQAR**,** o qual incidiu sobre uma amostra representativa nacional de 90 CA. A amostra do presente estudo é constituída apenas por 24 dessas casas (33% da amostra total), nas quais foram recolhidos dados sobre a restritividade.

1.3.2. *Recolha de Dados*

Foi solicitada junto das CA a participação voluntária no EQAR. Todas as CA assinaram uma Declaração de consentimento informado e foram assegurados todos os requisitos éticos da investigação na área e a confidencialidade na recolha e tratamento dos dados. O PIP foi respondido previamente à visita de avaliação e devolvido à equipa de investigação por email. Uma equipa de cinco avaliadores, formados no sistema ARQUA-P, procedeu à visita de recolha de dados, seguindo o protocolo definido no EQAR. Assegurou-se às crianças/adolescentes que a sua participação no estudo era voluntária e que seria garantido o seu anonimato.

1.3.3. Análise de Dados

Os dados recolhidos foram explorados através do IMB SPSS *Statistics* para *Windows*, versão 26.0 (IBM Corp. Released, 2019). Numa análise prévia dos dados foi explorada a existência de *outliers*, tendo como critério de exclusão valores Z acima de |3|. Contudo, não se observaram valores extremos, pelo que não foi necessário a exclusão de nenhum dado. Para explorar a distribuição normal das variáveis recorreu-se aos pressupostos de valores de assimetria menores que |3| e curtose menores que |8| (Kline, 2011), verificando-se que todas as variáveis em estudo apresentavam distribuição normal. Consequentemente, foram usados testes paramétricos.

Observaram-se valores omissos em alguns itens do REM-Self-report, e sempre que o número de valores omissos foi inferior a 5% estes foram substituídos pelos valores médios. Quando o número de valores omissos foi igual ou superior a 5% os itens foram retirados da análise. Estavam nesta situação os itens 4 – redes sociais, 11 – emprego, 14 – carta de condução, 15

– contexto educativo, 21 – comida, 22 – decisões de tratamento e 23 – escolha do ambiente de vida. Desta forma, restaram 17 itens que foram submetidos a uma Análise de Componentes Principais (ACP).

Na ACP, o método de rotação usado foi o ortogonal, de tipo varimax. Como critério para o número de componentes a extrair foi usado o critério de *Kaiser*, de valores próprios (*eigenvalues*) superiores a um, complementado pela análise gráfica dos mesmos (*screen plot*). A medida de *Kaiser Meyer-Olkin* (KMO) garantiu a adequação da amostra final para a análise, KMO = .086 (muito bom de acordo com Field, 2009). O teste de esfericidade de *Bartlett*, $\chi^2(136) = 610.93$, $p < .001$, indicou que as correlações entre os itens são suficientemente altas para a realização desta análise estatística. Na ACP foram assegurados os seguintes critérios: valores da diagonal anti-imagem superiores a .50 (nenhum item foi eliminado), comunalidades iguais ou superiores a .50 (nenhum item foi eliminado) e saturações/pesos fatoriais abaixo de .40 (nenhum item foi eliminado) ou em duas componentes com diferença menor a .10 (“Liberdade de movimento na comunidade” foi eliminado). Por apresentarem uma correlação negativa entre si na mesma componente, optou-se pela eliminação dos itens 2 - *Música* e 24 - *Finanças*, sendo a solução final composta por 14 itens (cf. Secção Resultados).

Foram realizadas correlações bivariadas de *Pearson* para explorar as relações entre as variáveis métricas. Para explorar diferenças de médias recorreu-se ao teste *t* de *Student* para amostras independentes, amostras emparelhadas e ANOVA unifatorial. As diferenças entre grupos foram exploradas com recurso ao teste *post-hoc Gabriel* e *Hochberg* (o segundo, quando o tamanho dos grupos era muito distinto), quando o teste de *Levene* (homogeneidade de variâncias) foi não-significativo, e ao teste *Games-Howell* quando o teste de *Levene* foi significativo.

3. Resultados

3.1. Conceito de Restritividade: Estudo do *Restrictiveness Evaluation Measure—Self Administered Version* (REM-Self-report)

Com objetivo de explorar a sua estrutura interna, o REM-Self-report foi submetido a uma ACP, tendo sido identificadas seis componentes que explicaram 66.2% da variância total. A Tabela 1 apresenta os resultados da ACP e as componentes obtidas. A primeira componente, que foi denominada *Restritividade Social*, é constituída por seis itens (cf. Tabela 1 para descrição dos itens) e explicou 16.8% da variância (*M* = 1.92, *DP* = 0.80, α = .79). A segunda componente, composta por dois itens (cf. Tabela 1), foi nomeada *Restritividade Relacionada com a Participação na CA* e explicou 12.6% da variância (*M = 2.35, DP* = 1.21, α = .59). A terceira componente denominada *Restritividade Relacionada com a Comunicação*, é constituída por dois itens (cf. Tabela 1), e explicou 10.8% da variância (*M* = 2.43, *DP* = 1.13, α = .63). A quarta componente, constituída igualmente por dois itens (cf. Tabela 1), foi denominada *Restritividade Relacionada com Escolhas/Opções Pessoais* e explicou 10.4% da variância (*M* = 1.86, *DP* = 0.93, α =. 62). A quinta componente, composta por dois itens (cf. Tabela 1), foi nomeada *Restritividade Relacionada com o Entretenimento na CA* e explicou 9.4% da variância (*M* = 2.16, *DP* = 0.88, α = .52). Por fim, na sexta componente saturaram dois itens, que apresentaram pesos fatoriais com sinais opostos, razão pela qual se optou por não usar esta componente. Assim, todas as restantes análises foram realizadas considerando apenas cinco componentes (cf. Tabela 1).

3.2. Nível de Restritividade nas Casas de Acolhimento: Perceção das Crianças e Adolescentes

A Tabela 2 apresenta as descritivas das componentes obtidas. Tal como pode ser observado, as médias mais altas de restritividade verificaram-se ao nível da comunicação (componente 3), que diferiu significativamente das restantes componentes (*diferença de médias* variou entre 0.27 e 0.57, $p = .016$ e $p < .001$, respetivamente), à exceção da componente 2 (*diferença de médias* = 0.08, *ns*). Esta última – restritividade relacionada com a participação na CA - apresentou a segunda média mais alta e diferiu significativamente de todas as

outras componentes (*diferença de médias* variou entre 0.43 e 0.49, $p < .001$ e $p < .001$), à exceção da componente 5 (*diferença de médias* = 0.19, *ns*), relativa ao entretenimento na casa, que apresentou a terceira média mais alta. Menor restritividade foi percecionada pelas crianças/adolescentes ao nível das relações sociais (componente 1) e das opções/escolhas pessoais (componente 4), que não apresentaram diferenças estatisticamente significativas entre si (*diferença de médias* = 0.06, *ns*), mas que diferiram relativamente às restantes componentes (*diferença de médias* variou entre -0.24 e -0.57, $p = .011$ e $p < .001$).

Para além das diferenças entre componentes foram estudadas as relações entre as mesmas. A Tabela 2 apresenta a matriz de correlações entre as variáveis métricas em estudo, onde se encontram, entre outras, as relações entre as várias componentes. As cinco componentes correlacionaram-se significativa e positivamente entre si. Com base neste padrão de relações foi computada uma nova variável que traduz a *Restritividade Total* na CA ($\alpha = .84$), e que resultou da média das cinco componentes (ou seja, dos 14 itens finais). Em média, as CA foram avaliadas pelas crianças/adolescentes como pouco restritivas ($M = 2.14$, $DP = 0.70$, Min. = 1.03, Máx = 4.53). Ao explorar a distribuição desta variável, considerando como ponto de corte a média e o desvio padrão, verificou-se que 16 (13.2%) crianças/adolescentes reportaram baixos níveis de restritividade (> -1*DP*), 53 (43.8%) reportaram valores médio-baixos (*M*-1*DP*), 35 (28.9%) reportaram valores médio-altos (*M*+1*DP*) e 17 (14.0%) reportaram valores de restritividade muito altos (> +1*DP*).

Observou-se que as crianças/adolescentes do sexo feminino avaliaram as CA como sendo mais restritivas (variável Restritividade Total; $M = 2.27$, $DP = 0.74$), comparativamente às crianças/adolescentes do sexo masculino ($M = 2.00$, $DP = 0.63$)**,** $t(119) = 2.19$, $p = .031$, $d = 0.40$, IC a 95% [0.03, 0.53]. Especificamente, na restritividade relacionada com a comunicação verificou-se a existência de diferenças estatisticamente significativas entre as crianças/adolescentes do sexo feminino ($M = 2.69$, $DP = 1.17$) e as crianças/adolescentes do sexo masculino ($M = 2.14$, $DP = 1.02$)**,** $t(119) = 2.73$, $p = .007$, $d = 0.50$, IC a 95% [0.15, 0.94], e o mesmo resultado foi encontrado em relação à restritividade relativa ao entretenimento, observando-se que as crianças/adolescentes do sexo feminino avaliaram as CA como possuindo

maior restritividade (*M* = 2.37, *DP* = 0.94) do que as crianças/adolescentes do sexo masculino (*M* = 1.92, *DP* = 0.74)**,** *t*(119) = 2.95, *p* = .004, *d* = 0.53, IC a 95% [0.15, 0.75]. No que concerne às restantes componentes não foram observadas diferenças estatisticamente significativas em função do sexo.

Observou-se uma correlação significativa e negativa entre a idade e a perceção das crianças/adolescentes da restritividade total das CA, sendo que, à medida que a idade avança, as crianças/adolescentes percecionam as CA como sendo menos restritivas (cf. Tabela 2). Relativamente à idade e às diferentes componentes, apenas se verificou a existência de uma correlação significativa e negativa entre a idade e a *restritividade social*, sendo que quanto mais velhas são as crianças menos restrições de contacto social elas identificam (cf. Tabela 2).

Ao considerar a idade por classes etárias foi possível observar diferenças estatisticamente significativas na restritividade total percecionada, *F*(3,118) = 3.12, *p* = .029, η_p^2 = 0.07, particularmente entre as crianças com idades compreendidas entre os 10 e os 13 anos e os adolescentes com 18 ou mais anos (*diferença de médias* = 0.63*, p* < .001, IC a 95% [0.23, 1.03]). Diferenças semelhantes foram encontradas ao nível da restritividade social, *F*(3,118) = 5.06, *p* = .002, η_p^2 = 0.12. Os resultados do teste *post-hoc Hochberg* indicaram que são percecionadas mais restrições de contacto social pelas crianças 10-13 anos, comparativamente aos adolescentes com 18 ou mais anos (*diferença de médias* = 0.82, *p* = .006, IC a 95% [0.17, 1.46]). Por fim, foram observadas diferenças estatisticamente significativas na restritividade relacionada com o entretenimento, *F*(3,118) = 3.30, *p* = .023, η_p^2 = 0.08, verificando-se uma maior perceção de restritividade por parte das crianças/adolescentes com idades compreendidas entre os 10 e os 13 anos, comparativamente ao grupo 14-15 anos (*diferença de médias* = 0.68, *p* = .023, IC a 95% [0.06, 1.30]).

Relativamente ao tempo em acolhimento, não se observaram correlações estatisticamente significativas com a restritividade (cf. Tabela 2). No entanto, verificou-se que as crianças que se encontravam deslocalizadas da sua área de residência apresentaram significativamente maior perceção de restritividade total, restritividade ao nível das escolhas/opções pessoais e relativamente ao entretenimento na casa (*M* = 2.27, *DP* = 0.74; *M* = 1.99, *DP* =

1.00; *M* = 2.28, *DP* = 0.90, respetivamente), comparativamente às crianças que estavam acolhidas a menos de 25 km de casa (*M* = 1.93, *DP* = 0.60; *M* = 1.65, *DP* = 0.78; *M* = 1.96, *DP* = 0.80; respetivamente), *t*(118) = 2.69, *p* = .008, *d* = 0.50, IC a 95% [0.09, 0.59], *t*(118) = 2.03, *p* = .045, *d* = 0.38, IC a 95% [0.01, 0.68], *t*(118) = 1.99, *p* = .049, *d* = 0.37, IC a 95% [0.00, 0.64], respetivamente. Nas restantes componentes, apesar de se verificar a mesma tendência de resultados, as diferenças não foram estatisticamente significativas.

Foram observadas diferenças estatisticamente significativas na restritividade total percebida, *F*(2,118) = 3.80, *p* = .025, η_p^2 = 0.06, na restritividade na comunicação*,* *F*(2,118) = 4.92, *p* = .009, η_p^2 = 0.08, e na restritividade no entretenimento, *F*(2,118) = 4.36, *p* = .015, η_p^2 = 0.07, em função do acolhimento em casas mistas, segregadas femininas e segregadas masculinas, embora todas com uma dimensão de efeito baixa. As diferenças estatisticamente significativas observaram-se nas casas segregadas, entre femininas e masculinas (*diferença de médias* = 0.38, *p* = .0.21, IC a 95% [0.04, 0.71]; *diferença de médias* = 0.69, *p* = .006, IC a 95% [0.15, 1.22]; *diferença de médias* = 0.51, *p* = .011, IC a 95% [0.09, 0.92], respetivamente).

Foram também observadas diferenças estatisticamente significativas na restritividade total percebida, *F*(2,118) = 3.62, *p* = .030, η_p^2 = 0.06, e na restritividade no entretenimento, *F*(2,118) = 4.90, *p* = .009, η_p^2 = 0.08, em função do acolhimento em casas pequenas, médias e grandes, embora com dimensões de efeito baixas. As diferenças estatisticamente significativas observaram-se entre casas médias e pequenas (*diferença de médias* = 0.44, *p* = .0.38, IC a 95% [0.02, 0.86]; *diferença de médias* = 0.58, *p* = .024, IC a 95% [0.06, 1.10], respetivamente), observando-se maior restritividade nas médias do que nas pequenas.

3.3. Sentido de Normalização, Proximidade aos Cuidadores e Sentimento de Pertença à Casa: Relações com a Restritividade

A estatística descritiva relativa às variáveis “sentido de normalização”, “proximidade aos cuidadores” e “sentimento de pertença à CA” (2ª parte do REM-Self-report), bem como as relações entre elas, encontram-se na Tabela 2. Não se observaram correlações estatisticamente significativas entre estas variáveis e a idade ou tempo de acolhimento das crianças/adolescentes.

Contudo, observaram-se diferenças de sexo na variável sentido de normalização, $t(101) = -2.61$, $p = .010$, $d = -0.51$, IC a 95% [-0.63, -0.09], verificando-se que as raparigas ($M = 2.00$, $DP = 0.71$) sentem que têm menor permissão para fazer as mesmas coisas que as crianças da sua idade, comparativamente aos rapazes ($M = 2.36$, $DP = 0.69$). Na variável relativa à proximidade aos cuidadores, verificou-se que as crianças que não se encontravam deslocalizadas da sua área de residência ($M = 2.62$, $DP = 0.62$) relataram maior proximidade aos cuidadores, do que as crianças que se encontravam longe da sua casa ($M = 2.30$, $DP = 0.78$), $t(103) = 2.22$, $p = .029$, $d = 0.44$, IC a 95% [0.03, 0.60].

Os resultados revelaram também um efeito significativo da tipologia e da dimensão da CA sobre o sentido de normalização, $F(2,100) = 4.11$, $p = .019$, $\eta_p^2 = 0.08$, $F(2,100) = 4.51$, $p = .013$, $\eta_p^2 = 0.08$, respetivamente; e da dimensão sobre o sentimento de pertença das crianças/adolescentes à CA, $F(2,103) = 3.22$, $p = .036$, $\eta_p^2 = 0.06$. Ao nível do sentido de normalização observaram-se diferenças significativas entre crianças acolhidas em casas masculinas e crianças acolhidas em casas femininas (*diferença de médias* = 0.44, $p = .015$, IC a 95% [0.07, 0.81]), bem como entre crianças acolhidas em casas grandes e crianças acolhidas em casas médias (*diferença de médias* = 0.44, $p = .010$, IC a 95% [0.08, 0.79]), sendo que são as crianças acolhidas em casas masculinas e grandes que sentem maior permissão para fazer o que os outros da idade delas fazem. Em relação ao sentido de pertença à CA, são as crianças acolhidas em casas pequenas que têm este sentimento mais forte, comparativamente às crianças que estão em casas médias (*diferença de médias* = 0.73, $p = .020$, IC a 95% [0.09, 1.37]),

No que diz respeito às relações entre estas variáveis e a restritividade (cf. Tabela 2) verificaram-se correlações significativas e negativas entre o sentido de normalização e todas as componentes de restritividade (incluindo a restritividade total), ou sejam quanto mais as crianças/adolescentes assumem que têm permissão para fazer o que as crianças da sua idade fazem, menor a restritividade percecionada. Quanto ao sentimento de proximidade aos cuidadores, observou-se que quanto mais próximas as crianças/adolescentes se sentiam dos cuidadores, menor foi a restritividade percebida na CA, com exceção da restritividade relativa às opções/escolhas pessoais, cuja correlação

não foi significativa (cf. Tabela 2). Por fim, também foi verificado que quanto mais as crianças/adolescentes sentem a CA como sendo a sua casa, menor é a restritividade das CA avaliada por eles, com a exceção da restritividade relacionada com a comunicação, cuja correlação não foi estatisticamente significativa (cf. Tabela 2).

3.4. Restritividade Percebida nas Casas de Acolhimento e Bem-Estar, Felicidade Subjetiva e Satisfação com a Vida das Crianças/Adolescentes

A descrição univariada do bem-estar subjetivo, felicidade e satisfação com a vida está na Tabela 2, bem como a apresentação das relações entre estas variáveis. Os dados revelaram que as crianças/adolescentes do sexo feminino estão menos satisfeitas com a vida (M = 20.76, DP = 7.37) do que os rapazes (M = 24.06, DP = 6.92), $t(109) = -2.43$, $p = .017$, $d = -0.46$, IC a 95% [-5.99, -0.60] (não se observaram diferenças significativas em função do sexo no bem-estar e felicidade subjetiva). Adicionalmente, quanto mais velhas as crianças, mais altas as pontuações de felicidade subjetiva (cf. Tabela 2).

Relativamente às relações com a restritividade, verificou-se que, quanto mais alto o bem-estar subjetivo e a felicidade, reportadas pelas crianças/adolescentes, mais baixa a restritividade percebida nas CA, especialmente ao nível dos contactos sociais e do entretenimento. Da mesma forma, quanto maior a satisfação com a vida, reportada pelas crianças/adolescentes, mais baixa a restritividade percebida nas CA, nomeadamente a restritividade social e a restritividade relacionada com o entretenimento (cf. Tabela 2). As correlações entre os índices de bem-estar, felicidade e satisfação e o sentido de normalização, pertença, e proximidade ao cuidador também se encontram na Tabela 2.

4. Discussão

O presente estudo pretendeu trazer nova evidência científica à área do AR, estudando um tema muito pouco explorado até agora – a restritividade em contexto de AR -, dando voz às crianças/adolescentes em acolhimento. Através do estudo da estrutura interna do REM-self-report, esta dissertação contribuiu para a compreensão do constructo de *Restritividade em AR*, tendo permitido identificar diferentes componentes desta medida, a saber: restritividade social, na participação na casa, na comunicação, nas escolhas/opções pessoais e no entretenimento. Apesar destas componentes incluírem apenas 14 itens dos 24 originais (Rauktis et al., 2019), a medida de restritividade total apresentou bons índices de consistência interna, o que pode ser um bom indicador da possibilidade de uma versão reduzida do instrumento. Contudo, algumas das componentes apresentaram índices um pouco abaixo do desejável, ainda que aceitáveis/condicionais. Esta pode constituir uma limitação do estudo, embora seja importante reforçar que a medida *alpha* de *Cronbach* é sensível ao número de itens, e a maioria das componentes apresentou apenas dois itens. Uma amostra maior poderá contribuir para aprofundar o estudo do instrumento, através do desenvolvimento de outras análises como a análise fatorial exploratória e confirmatória.

A redução significativa do número de itens deveu-se também à existência de muitos valores omissos, que se relacionou com a não aplicabilidade de alguns itens para algumas faixas etárias e/ou crianças em contexto de AR. Resultados semelhantes já haviam sido encontrados em estudos anteriores com o mesmo instrumento (e.g., Rautkis et al., 2009). Este estudo contribuirá assim para a adaptação do instrumento ao contexto do AR. Face à escassez de evidência científica sobre esta área, poderá ser importante desenvolver, em futuras investigações, um estudo qualitativo (por exemplo, através de uma metodologia *Q-sort*) que permita perceber junto das crianças e adolescentes que outros itens deveriam ser incluídos no instrumento, de forma a que este se pudesse traduzir numa medida sensível, válida e consistente para a avaliação da restritividade em AR. Estes resultados sobre a estrutura interna do REM-self-report (e sobre os valores omissos obtidos em alguns

itens), a par das diferenças verificadas, nas diferentes componentes, em função da faixa etária, indicam-nos que poderá ser importante ter diferentes versões do REM-self-report, em função da faixa etária/etapa desenvolvimental da criança.

Verificou-se que as crianças/adolescentes avaliaram as CA, em média, como possuindo um nível de restritividade total baixo, o que foi ao encontro dos resultados do estudo de Rautkis et al. (2019). Os resultados parecem indicar que a restritividade, na maioria das CA, é adequada, de acordo com as crianças, ainda que uma percentagem, ainda significativa, reporte altos níveis de restritividade. Maior restritividade é percecionada pelas raparigas e pelas crianças mais novas, possivelmente grupos mais vulneráveis a este construto de restritividade.

De facto, a literatura sugere que as crianças/adolescentes do sexo feminino demonstram maior descontentamento com a sua experiência em AR (e.g., O'Neill, 2008) e que as CA não garantem tão adequadamente a satisfação das suas necessidades (Baker et al., 2007; Jones et al., 2007). Neste estudo, as raparigas apresentam também índices mais baixos de satisfação com a vida. Na verdade, as crianças/adolescentes do sexo feminino tendem a demonstrar uma maior necessidade de liberdade na escolha das suas roupas, no tratamento dos seus espaços e objetos privados de forma individualizada e de se sentirem verdadeiramente ouvidas no que concerne às suas opiniões e de que as regras não as impeçam de ter contato com os amigos e a família (Rodrigues, 2018). Indo ao encontro desta conclusão, foi na restritividade relacionada com a comunicação (acesso à internet e ao telemóvel) e entretenimento (acesso à TV e escolha dos programas que possam ver e o acesso a dispositivos de entretenimento pessoal) que as crianças/adolescentes do sexo feminino percecionaram uma maior restritividade, comparativamente às crianças/adolescentes masculinos. Condicionar o acesso a meios de comunicação e entretenimento é condicionar o contato com pessoas com quem as crianças/adolescentes sentem necessidade de comunicar, é retirar oportunidade de lazer às crianças/jovens e é diminuir as oportunidades de normalização e de igualdade de oportunidades, comparativamente às crianças não-acolhidas, e comparativamente aos rapazes, visto que esta maior restritividade se observou nas raparigas,

particularmente naquelas acolhidas em casas segregadas femininas. Congruente com esta conclusão está também o resultado que revelou diferenças, entre raparigas e rapazes, no sentido de normalização, ou seja, na perceção de que têm permissão para fazer o que as outras crianças/adolescentes da sua idade fazem, que é menor nas raparigas.

A literatura reporta que as crianças/adolescentes que não têm permissão para fazer o que outros da mesma idade fazem demonstram sentimentos de ressentimento e raiva, e sentem-se estigmatizados (e.g., Rautkis et. al., 2011). Neste estudo foi verificado que existe uma menor restritividade percebida na CA quando as crianças/adolescentes têm liberdade para fazer o que outros da mesma idade fazem.

Adicionalmente, foram as crianças/adolescentes mais novas que avaliaram as casas onde estavam acolhidas como mais restritivas, particularmente no que dizia respeito aos contactos sociais. De facto, as teorias do desenvolvimento sugerem que crianças mais novas devem possuir mais restrições pois, por razões de segurança, precisam que o seu ambiente seja mais rígido e supervisionado/controlado (Rautkis et al., 2019). Este cuidado pode, contudo, estar a colidir com a necessidade de socialização, que as crianças, nesta faixa etária dos 10-13 anos, podem estar a sentir mais prementemente. As crianças mais novas apresentam também menor felicidade subjetiva, o que mostra, de facto, que é um grupo ao qual se deve estar atento em contexto de AR, promovendo-lhes experiências positivas, capazes de aumentar o seu bem-estar e felicidade.

Ao contrário do que se poderia esperar, o tempo em acolhimento não apresentou relações significativas com nenhuma das variáveis em estudo. Assim, o tempo em acolhimento parece não se relacionar com a restritividade, com o sentido de normalização ou até mesmo com a proximidade aos cuidadores e o sentimento de pertença à CA. Poderia ser expectável que as crianças acolhidas há menos tempo avaliassem a restritividade da CA como maior, por falta de tempo para adaptação às regras/restrições, ainda que um AR de qualidade se deva caraterizar por uma certa flexibilização no cumprimento destas regras/restrições no acolhimento/receção das crianças e nos primeiros meses de adaptação (Del Valle et al., 2012). Contudo, tal não se verificou. Parecem, também, existir outras variáveis mais importantes que o

tempo de acolhimento, à promoção da proximidade e desenvolvimento do sentido de pertença.

Por outro lado, a deslocalização da criança parece ser uma variável com impacto importante ao nível da perceção de restritividade. De facto, as crianças que se encontram deslocalizadas da sua área de residência relataram maior restritividade das CA ao nível global e particular (escolhas/opções pessoais e entretenimento). Adicionalmente, estas crianças sentem-se significativamente menos próximas dos seus cuidadores. Estes resultados comprovam a importância de fomentar a proximidade e o contacto da criança com a sua família de origem, pois este facto permitirá uma experiência de acolhimento mais positiva para a criança (Del Valle et al., 2012). Paralelamente, e ao contrário de algumas crenças erróneas, estes dados mostram a importância da ligação/proximidade à família, para que a criança possa desenvolver ligações significativas no AR, ou seja, relações de proximidade/vinculação promovem (e não inibem) o desenvolvimento de novas relações afetivas significativas, essenciais ao bom desenvolvimento da criança/adolescente em AR e ao sucesso da reunificação familiar, adoção ou outro projeto de vida para a criança (Del Valle et al., 2012).

Relativamente à dimensão das CA, expressa no número de crianças acolhidas, verificou-se que as crianças/adolescentes acolhidas em CA de tamanho médio percecionaram maior restritividade do que as crianças/jovens acolhidas em CA pequenas. Este resultado apoia os resultados de vários estudos que sugerem que CA mais pequenas conseguem satisfazer melhor as necessidades das crianças/adolescentes em acolhimento (e.g., Anglin, 2004; Bravo & Del Valle, 2009). Esta conclusão é ainda reforçada pelo resultado que mostra que as crianças/adolescentes acolhidas em CA pequenas desenvolvem mais o sentimento de pertença à CA.

O resultado relacionado com a proximidade dos cuidadores e a restritividade percebida na CA é um resultado sustentado pela literatura que sugere que, num contexto de relação positiva, os adolescentes percebem e toleram melhor as restrições (Rautkis et al., 2011). Por outro lado, é expectável que cuidadores mais próximos das crianças e adolescentes sejam cuidadores que percebam melhor as suas necessidades individuais promovendo assim a satisfação das mesmas.

Os resultados demonstram que quanto maior é a restritividade percebida na CA, particularmente no que concerne à restritividade social e restritividade no entretenimento, menor é o bem-estar psicológico, a felicidade subjetiva e a satisfação coma vida das crianças/adolescentes acolhidos. De facto, contextos demasiado rígidos, uniformes, controladores e restritivos, põem em causa as oportunidades de promoção do desenvolvimento social e autonomização, o que são fatores preponderante na manifestação de bem-estar, felicidade e, consequentemente, satisfação com a vida (Casas, 2011; Delgado et al., 2019; Llosada-Gistau et al., 2017). De acordo com a LPCJP no seu artigo 49º, a finalidade do AR passa pela criação de um conjunto de circunstâncias que promovam o bem-estar das crianças e adolescentes em acolhimento. Desta forma, CA mais restritivas não estão a cumprir a finalidade a que se destinam.

5. Conclusões

Este é um estudo importante no sentido em que permitiu aprofundar o conhecimento da restritividade das CA em Portugal e vem preencher uma lacuna da literatura nacional no que diz respeito a esta temática. Além disso, vem contribuir para a compreensão do conceito de restritividade em AR e também para a evidência científica internacional nesta área.

No entanto, torna-se relevante apontar as limitações que o estudo apresenta. Embora tenha sido realizado um estudo do instrumento que conduziu a alterações na medida, o instrumento utilizado foi desenvolvido num contexto cultural diferente e no qual o AR assume outros contornos. Outra limitação prende-se com o facto de esta investigação só ter incidido na perspetiva das crianças e adolescentes. Neste sentido será importante que estudos subsequentes tenham também em conta a perspetiva dos cuidadores e diretores técnicos. Seria interessante comparar resultados sobre a restritividade percebida pelas crianças/adolescentes, cuidadores e diretores técnicos nas CA. Ao mesmo tempo parece-nos pertinente que se realizem estudos de natureza qualitativa que possam dar a conhecer o que é que as crianças e adolescentes pensam e sentem em relação à restritividade conforme

aconteceu com o estudo de Rautkis et. al (2011). Em Portugal não foram encontrados estudos desta natureza sobre a restritividade das CA e os estudos internacionais são escassos. Adicionalmente, como proposta de investigação futura, estudos que explorem a existência de diferenças entre a restritividade percebida pelas crianças/adolescentes em AR, crianças/adolescentes em acolhimento familiar e crianças/adolescentes que vivem com as suas famílias, seriam estudos importantes que permitiriam perceber se, comparativamente, o AR é um ambiente mais restritivo. Por outro lado, estudos desta natureza permitiriam explorar a relação entre restritividade e responsividade no que concerne à satisfação das necessidades das crianças/adolescentes e na garantia dos seus direitos, em diferentes contextos de desenvolvimento.

As principais conclusões deste estudo foram que: (a) a maioria das crianças/adolescentes em contexto de AR avaliam a restritividade das CA como sendo baixa, ainda que algumas crianças atribuam alta restritividade às suas CA; (b) as crianças/adolescentes do sexo feminino atribuem maior restritividade às CA, têm menor sentido de normalização e apresentam níveis mais baixos de bem-estar; (c) quanto mais novas as crianças maior a perceção de restritividade e menor a felicidade subjetiva; (d) as crianças/adolescentes deslocalizadas da sua área de residência sentem maior restritividade e menor proximidade aos cuidadores; (e) as casas segregadas femininas e são descritas como mais restritivas; (f) as casas de pequena dimensão são descritas como menos restritivas e têm crianças com maior sentido de pertença à casa; (g) a restritividade relaciona-se com menor sentido de normalização, pertença à CA e proximidade aos cuidadores; (h) crianças/adolescentes acolhidas em CA onde a restritividade percebida é menor, apresentam maiores índices de bem-estar, felicidade subjetiva e satisfação com a vida.

Este estudo apresenta-se como uma mais-valia pois deu a conhecer as perceções das crianças/adolescentes em acolhimento sobre a restritividade das CA e dá importantes pistas para a intervenção na área, pois permitiu compreender que CA percecionadas como mais restritivas são casas que promovem menos bem-estar, felicidade e satisfação com a vida nas crianças e adolescentes em acolhimento, não estando, portanto, a garantir a finalidade a que se destinam. Considerando o papel que o regulamento interno das CA desempenha na determinação, não apenas das práticas profissionais

implementadas, mas também na qualidade do cuidado que é prestado ás crianças, os resultados do presente estudo evidenciam a necessidade de promover formação nas CA quanto às questões da restritividade, pouco contemplada e considerada até ao momento. É essencial que as CA possam adaptar as suas “regras” às necessidades e características individuais das crianças/adolescentes que acolhem.

Referências

Anglin, J. P. (2004). Creating “well-functioning” residential care and defining its place in a system of care. *Child & Youth Care Forum*, *33*(3), 175-192. https://doi.org/10.1023/B:CCAR.0000029689.70611.0f

Baker A. L., Kurland D., Curtis P., Alexander G., & Papa-Lentini C. (2007). Mental health and behavioral problems of youth in the child welfare system: Residential treatment centers compared to therapeutic foster care in the odyssey project population. *Child Welfare*, *86*(3), 97-123. https://web.a.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=6&sid=7286e1d8-d0f9-469c-9bbf-6b204679ff31%40sessionmgr4008

Ben-Arieh, A. (2006). *Measuring and monitoring the well-being of young children around the world.* Paper commissioned for the EFA Global Monitoring Report 2007, Strong foundations: Early childhood care and education.UNESCO. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000147444

Bradshaw, J. (2015). Subjective well-being and social policy: Can nations make their children happier? *Child Indicators Research*, *8*(1), 1-4. https://doi.org/10.1007/s12187-014-9283-1

Bravo, A., & Del Valle, J. F. (2009 a). Crisis y revisión del acogimento residencial. Su papel en la protección infantil. *Papeles del Psicólogo*, *30*(1), 42-52. http://www.papelesdelpsicologo.es/pdf/1655.pdf

Carvalho, T., & Manita, C. (2010). Percepções de crianças e adolescentes institucionalizados sobre o processo de institucionalização e a experiência na instituição. *Actas do VII simpósio nacional de investigação em psicologia*. http://www.actassnip2010.com/

Casas, F. (2011). Subjective social indicators and child and adolescent well-being. *Child Indicators Research*, *4*(4) 555-575. https://doi.org/10.1007/s12187-0109093-z

Casas, F. (2015). Bienestar material y bienestar subjetivo. In G. Castro (coord.), *El bien estar, una conversación actual de la humanidad* (pp. 18-34). Icaria Editorial.

Courtney, M. E., & Dworsky, A. (2006). Early outcomes for young adults transitioning from out-of-home care in the USA. *Child & Family Social Work*, *11*(3), 209–219. https://doi.org/10.1111/j.1365-2206.2006.00433.x

Cummins, R., Eckersley, R., Pallant, J., Van Vugt, J., & Misajon, R. (2003). Developing a national index of subjective wellbeing: The Australian Unity Wellbeing Index. *Social Indicators Research*, *64*(2), 159-190. https://doi.org/10.1023/A:1024704320683

Cummins, R., & Nistico, H. (2002). Maintaining life satisfaction: The role of positive cognitive bias. *Journal of Happiness Studies*, *3*, 37–6. https://doi.org/10.1023/A:1015678915305

Cruz, L. (2011). Sobre el acogimiento residencial y las condiciones socioeducativas en las que se debe desarrollar la medida. Pedadogia i Treball Social. *Revista de Ciències Socials Aplicades*, *1(2)*, 66-88. https://www.raco.cat/index.php/PiTS/article/viewFile/250063/334618

Del Valle, J. F., Bravo, A., Martínez, M., & Santos, I. (2012). *Equar: Estándares de calidad en acogimiento residencial.* Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad.

Delap, E. (2011). *Scaling down: Reducing, reshaping and improving residential care around the world.* EveryChild. https://resourcecentre.savethechildren.net/node/4270/pdf/4270.pdf

Delgado, P., Carvalho, J. M. S., & Correia, F. (2019). Viver em acolhimento familiar ou residencial: O bem-estar subjetivo de adolescentes em Portugal. *Psicoperspectivas, 18*(2), 1-12. http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue2-fulltext-1605

Diener, E. (2006). Guidelines for national indicators of subjective well-being and ill-being.*Journal of Happiness Studies: An Interdisciplinary Forum on Subjective Well-Being*, *7*(4), 397–404. https://doi.org/10.1007/s10902-006-9000-y

Diener, E., Emmons, R.A., Larsen, R.J., & Griffin, S. (1985). The satisfaction with life scale. *Journal of Personality Assessment, 49*(1), 71-75. https://doi.org/10.1207/s15327752jpa4901_13

Equipa EQAR (2018). *Versão revista do ARQUA-P: Sistema Compreensivo de Avaliação da Qualidade do Acolhimento Residencial Português*. Instrumento não publicado.

Field, A. (2009). *Discovering statistics using SPSS* (3rd edition). London: Sage Publications.

Fordyce, M. (1983). A program to increase happiness: Further studies. *Journal of Counseling Psychology*, *30(*4*)*, 483-498. https://doi.org/10.1037/0022-0167.30.4.483

Galinha, I. (2008). *Bem-estar subjectivo: Factores cognitivos, afectivos e contextuais.* Quarteto Editora. http://hdl.handle.net/11144/580

Hawkins, R. P., Almeida, M. C, Fabry, B., & Reitz, A. L. (1992). A scale to measure restrictiveness of living environments for troubled children and youths. *Hospital and Community Psychiatry*, *43*(1), 54-58. https://doi.org/10.1176/ps.43.1.54

Hyde, J., & Kammerer, N. (2009). Adolescents' perspectives on placement moves and congregate settings: Couples and cumulative instabilities in out-of-home care. *Children and Youth Services Review*, *31*(2), 265−273. https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2008.07.019

IBM Corp. Released (2019). *IBM SPSS statistics for windows, version 26.0*. Armonk, NY: IBM Corp.

Jones, L., Landsverk, J., & Roberts, A. (2007). A comparison of two caregiving models in providing continuity of care for youth in residential care. *Child Youth Care Forum*, *36*(2/3), 99-109. https://doi.org/10.1007/s10566-007-9033-3

Kline, R. B. (2011). *Principles and practice of structural equation modeling.* The Guilford Press

Lee, B., & Yoo, M. (2015). Family, school, and community correlates of children's subjective well-being: An international comparative study. *Child Indicators Research*, *8*(1), 151-175. https://doi.org/10.1007/s12187-014-9285-z

Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), aprovada pela Lei nº 147/99, de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 31/2003, de 22 de agosto, pela Lei nº 142/2015, de 8 de setembro, pela Lei nº 23/2017, de 23 de maio e pela Lei nº 26/2018, de 5 de julho.

Lima, R., & Morais, N. (2018). Subjective well-being of children and adolescents: Integrative review. *Ciências Psicológicas*, *12*(2), 249–260. https://doi.org/10.22235/cp.v12i2.1689

Llosada-Gistau, J., Casas, F., & Montserrat, C. (2017). What matters in for the subjective well-being of children in care? *Child Indicators Research*, 10, 735-760. https://doi.org/10.1007/s12187-0169405-z

Llosada-Gistau, J., Montserrat, C., & Casas, F. (2015). The subjective well-being of adolescents in residential care compared to that of the general population. *Children & Youth Services Review*, *52*, 150–157. https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2014.11.007

Lyubomirsky, S., & Lepper, H. (1999). A measure of subjective happiness: Preliminary reliability and construct validation. *Social Indicators Research*, *46*(2), 137–155. https://doi.org/10.1023/A:1006824100041

Martins, P. (2005, maio). *A qualidade dos serviços de protecção às crianças e jovens – As respostas institucionais*. Comunicação oral apresentada no VI Encontro Cidade Solitária: Crianças em risco: será possível converter o risco em oportunidade? Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. http://hdl.handle.net/1822/3163

Neto, F. (1993). The satisfaction with life scale: Psychometrics properties in an adolescent sample. *Journal of Youth and Adolescence*, *22*(2), 125-134. https://doi.org/10.1007/BF01536648

O'Neill, T. (2008). Gender matters in residential child care. In A. J. Kendrick (Ed.), *Residential child care: Prospects and challenges* (pp. 93-106). Jessica Kingsley Publishers.

Pais-Ribeiro, J. (2012). Validação transcultural da escala de Felicidade Subjetiva de Lyubomirsky e Lepper. *Psicologia, Saúde & Doenças*, *13*(2), 157-168. https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=36225171003

Pais-Ribeiro, J., & Cummins, R. (2008) *O bem-estar pessoal: Estudo de validação da versão portuguesa da escala.* In: I. Leal, J. Pais-Ribeiro, I. Silva, & S. Marques (Eds.). Actas do 7º congresso nacional de psicologia da saúde, 505-508. ISPA. http://files.jvilelas.webnode.pt/200000116-6f355702f5/O%20bem-estar%20pessoal.pdf

Pecora, P. J., Kessler, R., Williams, J., O'Brien, K., Downs, A. C., English, D., & Homles, K. (2005). *Improving family foster care: Findings from the*

Northwest foster care alumni study. Case Family Programs. https://www.casey.org/northwest-alumni-study/

Rauktis, M. E., Fusco, R. A., Cahalane, H., Bennett, I. K., & Reinhart, S. M. (2011). “Try to make it seem like we’re regular kids”: Youth perceptions of restrictiveness in out-of-home care. *Children and Youth Services Review*, *33*(7), 1224–1233 https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2011.02.012

Rauktis, M. E., Henriques, M. R., Barbosa-Ducharne, M., Cruz, O., Lemos, M. S., & Lee, J. (2019). Measuring the restrictiveness of Portuguese residential care for children and youth. *International Journal of Social Welfare, 29*(3), 233–243. https://doi.org/10.1111/ijsw.12402

Rauktis, M. E., Huefner, J. C., O’Brien, K., Pecora, P. J., Doucette, A., & Thompson, R. W. (2009). Measuring the restrictiveness of living environments for children and youth: Reconceptualizing restriction. *Journal of Emotional & Behavioral Disorders*, *17*(3), 147–163. https://doi.org/10.1177/1063426608323371

Sastre, M. T. M., & Ferrière, G. (2000). Family's decline and the subjective well-being of adolescents. *Social Indicators Research*,*49*(1), 69-82. https://doi.org/10.1023/A:1006935129243

Rodrigues, S. (2018). *A Qualidade do Acolhimento Residencial em Portugal: avaliação da adequação dos serviços às necessidades das crianças e jovens institucionalizados* o [Tese de doutoramento não publicada]. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação de Universidade do Porto. https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/2022

Rodrigues, S., & Barbosa-Ducharne, M. (2017). Acolhimento Residencial em Portugal: Tempo de encontrar respostas sem deixar de questionar. In J. P. Gaspar & E. Santos (Eds.), *Acolhimento Juvenil no mundo - respostas sociais e estratégias terapêuticas fundadas na cultura* (pp. 155 -179). Edições ex-Libris (Chancela Sítio do Livro).

Rodrigues, S., Barbosa-Ducharne, M., & Del Valle, J. F. (2015). *ARQUA-P: Sistema Compreensivo de Avaliação da Qualidade do Acolhimento Residencial Português*®. Registo 2650/2015. Secretaria de Estado da Cultura, Inspeção-Geral das Atividades Culturais - Direção de Serviços de de Propriedade Intelectual.

Samuels, G. M., & Pryce (2008). What doesn't kill you makes you stronger: Survivalist self-reliance as resilience and risk among young adults aging out of foster care. *Children and Youth Services Review*, *30*(10), 1198−1210. https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2008.03.005

Schmidt, J., Cunningham, M., Dalton, L., Powers, L., Geenen, S., & Orozco, C. (2013). Assessing restrictiveness: A closer look at the foster care placements and perceptions of youth with and without disabilities aging out of care. *Journal of Public Child Welfare*, *7*(5), 586–609. https://doi.org/10.1080/15548732.2013.845644

Schütz, F., Sarriera, J., Bedin, L., & Montserrat, C. (2015). Subjective well-being of children in residential care: Comparison between children in institutional care and children living with their families. *Psicoperspectivas*, *14*(1), 19-30. http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-Vol14-Issue1-fulltext-517

Tabela 1

Análise de Componentes Principais do REM-Self-report - Restrictiveness Evaluation Measure-Self Administered Version (N = 121)

Itens	Pesos fatoriais					
	1	2	3	4	5	6
Componente 1: Restritividade Social						
Restrições nos contactos com os outros	**.75**					
Seleção de amigos	**.74**					
Liberdade de movimento na casa de acolhimento	**.67**					
Interação com amigos	**.67**					
Privacidade	**.58**		.42			
Interação com a família	**.42**					
Componente 2: Restritividade na Participação na Casa de Acolhimento						
Atividades		**.72**				
Decoração		**.70**				
Componente 3: Restritividade na Comunicação						
Internet			**.77**			
Comunicação (telemóvel)			**.72**			
Componente 4: Restritividade nas Escolhas/Opções Pessoais						
Vestuário				**.73**		
Atividades extracurriculares				**.73**		
Componente 5: Restritividade no Entretenimento						
Dispositivos de entretenimento pessoal					**.86**	
Televisão		.46			**.63**	
Componente 6[b]						
Música						.62
Finanças		.41				-.56

Nota. Os itens foram avaliados numa escala tipo *Likert* de 5 pontos (1 = *nada restritiva*, 5 = *extremamente restritiva*).

[a] Pesos fatoriais acima de .40 . [b] Componente não estudada no presente estudo.

Tabela 2

Matriz de Correlações das Variáveis Métricas em Estudo

	M(*DP*)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
1. Idade (anos)	15.49(2.41)	1													
2. Tempo acolhimento (meses)	40.49(38.92)	.28**	1												
3. Restritividade social	1.92(0.80)	-.32***	-.04	1											
4. Restritividade participação	2.35(1.21)	-.09	.06	.40***	1										
5. Restritividade comunicação	2.43(1.13)	-.07	.10	.44***	.40***	1									
6. Restritividade escolhas pessoais	1.86(0.93)	-.16	.05	.49***	.45***	.43***	1								
7. Restritividade entretenimento	2.16(0.88)	-.11	.05	.25**	.33***	.31***	.24**	1							
8. Restritividade total	2.14(0.70)	-.20*	.07	.70***	.76***	.75***	.73***	.58***	1						
9. Sentido de Normalização	2.17(0.72)	.09	-.02	-.25*	-.25*	-.25*	-.24*	-.26**	-.35***	1					
10. Proximidade aos cuidadores	2.42(0.74)	-.09	.11	-.31**	-.30**	-.21*	-.19	-.20*	-.34***	.34***	1				
11. Sentido de pertença à CA	1.92(0.85)	.01	.15	-.23*	-.27**	-.05	-.21*	-.19*	-.26**	.18	.51***	1			
12. Bem-estar subjetivo	69.66(17.97)	.05	.10	-.30**	-.15	-.16	-.16	-.26**	-.28**	.16	.24*	.09	1		
13. Felicidade subjetiva	4.50(1.05)	.20*	.15	-.40***	-.19	-.15	-.16	-.20*	-.29**	.19	.16	.18	.61***	1	
14. Satisfação com a vida	22.33(7.31)	-.01	.01	-.21*	-.15	-.09	-.12	-.32***	-.24*	.13	.26*	.21*	.66***	.49***	1

Nota. * $p < .050$. ** $p < .010$. *** $p < .001$.